

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VINICIUS WEBBER DE SOUZA

**UMA PERCEPÇÃO AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL EM
EMPRESAS DO SETOR METAL MECÂNICO LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE
NOVA VENEZA/SC.**

CRICIÚMA

2018

VINICIUS WEBBER DE SOUZA

**UMA PERCEPÇÃO AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL EM
EMPRESAS DO SETOR METAL MECÂNICO LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE
NOVA VENEZA/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a. Esp. Vanessa Mendes da Agostin Resende

CRICIÚMA

2018

VINICIUS WEBBER DE SOUZA

**UMA PERCEPÇÃO AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL EM
EMPRESAS DO SETOR METAL MECÂNICO LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE
NOVA VENEZA/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 06 de Dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Vanessa Mendes Da Agostin Resende – Especialista – (UNESC) - Orientadora

Prof. Andréia Cittadin - Mestre - (UNESC)

Prof. Mestre João Vânio Mendonça Cardoso - (UNESC)

Dedico este trabalho ao meu pai, que lá do céu certamente está orgulhoso.

Dedico também ao restante de minha família, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, por ter me proporcionado saúde, força e inspiração para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado me dando todo o apoio necessário e encorajando nos momentos difíceis.

Aos meus avós, por me incentivarem a entrar na universidade e também me prestarem todo o suporte necessário para a conclusão do trabalho.

À minha namorada Yasmim, por ter paciência e compreensão nos momentos de ausência.

À minha orientadora, Professora Vanessa, pelas contribuições, paciência e direcionamentos que certamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas de faculdade Ricardo, Marcos, Vítor e Rafael, pelo companheirismo e trocas de experiências ao longo da vida acadêmica.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, registrando aqui a minha mais sincera gratidão.

“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado.”

Roberto Shinyashiki



UMA PERCEPÇÃO AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL EM EMPRESAS DO SETOR METAL MECÂNICO LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC.

Vinicius Webber de Souza¹

Vanessa Mendes da Agostin Resende²

RESUMO: O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) trata-se de um subprojeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sendo este uma nova forma de escrituração das informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias da folha de pagamento. Vale lembrar que o eSocial não altera a legislação vigente, mas modifica a forma com que as obrigações são prestadas ao Fisco. A finalidade desta pesquisa foi verificar a percepção dos gestores de empresas do setor metal mecânico do município de Nova Venéza/SC perante o eSocial. Quanto à abordagem, utilizou-se a metodologia qualitativa, descritiva para o objetivo e para os procedimentos, um estudo de levantamento. Como subsídio para coleta dos dados, aplicou-se um questionário contendo dezenove questões fechadas e três abertas. A população da pesquisa foi apurada após contato com o sindicato da categoria, que resultou na sugestão de três empresas e destas, utilizamos duas, uma com contabilidade interna e outra externa. As principais constatações em relação aos resultados foram que as empresas estão se preparando para o eSocial. Afirmou-se que não houveram grandes dificuldades na adaptação a nova forma de escrituração digital. Acreditam que a contabilidade interna é um fator relevante para o sucesso, em contraponto, salientam que a contabilidade terceirizada pode ocasionar em maiores dificuldades no processo, visto a necessidade das informações em tempo real. Reiteram que os processos precisam ser melhorados, então um sistema contábil atualizado e unificado facilita a fiscalização, por parte do governo e diminui a burocracia, por parte das empresas.

PALAVRAS – CHAVE: Escrituração digital. Folha de pagamento. SPED.

ÁREA TEMÁTICA: Tema 05 – Contabilidade Tributária

1 INTRODUÇÃO

É explícito que o meio contábil está em constante desenvolvimento para amparar quem o utiliza e harmonizar-se com os avanços da tecnologia. Em efeito disso, notou-se a indispensabilidade de transpor as informações do meio impresso para o formato digitalizado (RUSCHEL; FREZZA; UTZIG, 2011).

¹Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Professora, Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Por consequência, a Receita Federal do Brasil em atuação conjunta com o Ministério da Fazenda, promoveu por meio do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, modificado pelo Decreto nº 7.979 de 08 de abril de 2013 o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), submetendo as empresas a se adequarem a nova forma de fiscalização utilizada pelo fisco, passando por uma grande revolução. Atualmente, o SPED é segmentado em doze módulos, tornando-se relevante subsídio de fiscalização e controle dos dados repassados pelos contribuintes (BRASIL, 2018).

Adequando-se a este formato, a Presidência da República, por meio do Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014 instituiu o eSocial, ao qual tem o escopo de unificar as informações coletadas por um sistema, armazenando-as unicamente no denominado Ambiente Nacional do eSocial. Assim, os fiscalizadores terão acesso a esta base de dados para a devida utilização nos fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para apuração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (BRASIL, 2018).

Conforme Alterdata (2018), os empregadores atuantes no Brasil terão, obrigatoriamente, que enviar as informações para esta base única de dados, o que será feito por seus profissionais do setor contábil/pessoal através de *softwares* capacitados.

Situado no município de Nova Veneza/SC e sendo referência pelo importante parque industrial, o distrito de Caravaggio abriga vinte e cinco empresas filiadas ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Caravaggio – SIMEC, destacando-se na região pelo seu setor de metalúrgica, mecânico e material elétrico.

Neste contexto, surge como questão norteadora da pesquisa: Qual a percepção dos gestores de empresas do setor metal mecânico localizadas no município de Nova Veneza perante o eSocial? O objetivo geral da pesquisa é identificar a perspectiva das empresas do setor metal mecânico localizadas em Nova Veneza/SC perante o eSocial. Para atingir o objetivo geral elencam-se os seguintes objetivos específicos: (1) Caracterizar o eSocial; (2) Descrever as principais adequações já adotadas pelas empresas objeto de estudo; e (3) Conhecer as dificuldades encontradas pelas empresas durante a implantação.

Em razão de estar inserida em um contexto atual e de extraordinária relevância para os profissionais contábeis responsáveis pelo setor pessoal das empresas, a presente pesquisa se justifica empiricamente, buscando identificar qual a perspectiva sobre a nova forma digital de escrituração. Se faz oportuna, considerando a vigência do eSocial estar iniciando no ano de produção da pesquisa e considera-se exequível uma vez que existe material de pesquisa e companhias passando pelo processo de implementação na região. As contribuições do artigo surgirão em meio acadêmico, contribuindo para o crescimento intelectual, produzindo material base para próximas pesquisas, levantando dados e propondo, inclusive, que as próprias empresas objeto de pesquisa reflitam nos procedimentos realizados atualmente.

O presente estudo está explanado utilizando cinco seções. Primeiramente, temos a introdução, em seguida a segunda seção demonstra o embasamento teórico sobre o caso, após têm-se os procedimentos metodológicos aplicados no desenvolvimento do artigo. A quarta seção verifica o resultado obtido pelo estudo,



analisando-o, e finalizando, a seção cinco encerra o artigo indicando as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta pesquisa é desmembrada no desenvolvimento progressivo do setor contábil, ao qual trará a ciência original até a atualidade; o programa Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), onde determinará quais divisões classificadas neste plano; o subprograma eSocial, o qual demonstrará qual sua caracterização; o ofício contábil depois do nascimento do SPED, que evidenciará seu desenvolvimento; finalizando esta seção, serão destacados os estudos correlatos relativos ao tema abordado.

2.1 DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE

Primitivamente, a contabilidade já convive em meio à sociedade desde os tempos mais remotos. Sua evolução caminha junto ao desenvolvimento da civilização, ao qual se faz mais competente e devota ao que se sugere (MARTINS, 2001).

No Brasil, Lizote e Mariot (2012) acreditam que a contabilidade tem entrada na era da colonização, constituinte por meio do desenvolvimento da sociedade e das alfândegas surgidas em torno de 1530, influenciadas por portugueses. Em 1808, após o ingresso Dom João I e sua família real, que adveio um incremento socioeconômico na colônia portuguesa. Portos foram construídos, onde a comercialização de produtos iniciou, fundou-se primeiro banco brasileiro, denominado Banco do Brasil onde, por conseguinte, começou a produção de papel-moeda. Nesta linha, Ludícibus (2010) reitera que o desenvolvimento contábil foi de certa forma lenta até este ponto.

Com o comércio aumentando, surgiu a obrigação de que os registros comerciais fossem realizados por pessoas capacitadas para tal função. Esta educação comercial acarretou aproximadamente 100 (cem) anos de organização e somente em 1902, após a mobilização dos contabilistas, fundou-se uma escola de práticas de comércio, cultivando profissionais com primazia de instrução comercial (LIZOTE; MARIOT, 2012).

Em referência a praça de emprego, Reis e Silva (2007) citam que outrora este não estabelecia que os responsáveis pela função contábil possuísem ensino superior em Contabilidade, pois a forma de tecnólogo abastecia as indigências deste segmento. Os autores discorrem que frente às esperanças decorrentes ao desenvolvimento dos contabilistas, pode-se constatar que este segue procurando evoluir e amadurecer para acatar e suprir as requisições do mercado.

Em frente à transposição e ao desenvolvimento da grafia para o emprego da datilografia (uso das máquinas de escrever) e com o emprego dos computadores, os quais iniciaram sua popularização perto dos anos 1980 e finalmente a internet, estes entusiasmaram de tal forma que possibilitou-se o incremento de uma nova opção no leque no mercado das mais distintas áreas, inclusive a da contabilidade (SASSO; ROSA; BARBOSA, 2011).

Através da abertura do mercado internacional, em 2007, Mariano, Oliveira e Savian (2016), afirmam que o setor contábil brasileiro começou a integrar as normas



internacionais de contabilidade, juntamente com o primórdio da era digitalizada, originando nas empresas o desenvolvimento de sistemas complexos, com dados para gerenciamento, além de subsídios para amparar a necessidade do fisco em identificar a realidade das empresas.

Em consequência dessa ascensão tecnológica, o meio de escrituração contábil necessitou de uma revisão, surgindo assim, o Programa Sped. Percebeu-se nas autoridades, que houve uma atualização e mais acertada utilização das novas tecnologias, auxiliando as companhias a auferirem seus objetivos (ORIGUELA, 2017).

2.2 O PROGRAMA SPED

Convergindo com as mudanças tecnológicas, Origuela (2017) argumenta que após a atualização e padronização das normas contábeis, foi desenvolvido o programa SPED, o qual vem alterando a contabilidade dentro do panorama nacional. Com objetivo de modernizar da forma atual em cumprir as obrigações acessórias, este projeto utiliza a certificação digital na transmissão pelos contribuintes aos órgãos competentes. (BARP; VIEIRA; MARTINS, 2014).

Azevedo e Mariano (2009) definem essa certificação digital como sendo uma forma de assegurar a total segurança dos dados. Assim, as informações encaminhadas são totalmente legítimas avaliando validade jurídica no meio digital. Estes certificados são emitidos por entidades certificadoras credenciadas pelo Instituto de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil). Alguns exemplos como a Caixa Econômica Federal (CEF), Centralização de Serviços de Bancos S.A. (Serasa), entre outros, podem ser emissores destes certificados. (SILVA FILHO; LEITE FILHO; PEREIRA, 2015).

A utilização do SPED é verificada pelos usuários como uma forma de suprimir a ocultação fiscal e coibir os vínculos da ilegitimidade na arrecadação de impostos do panorama organizacional, coagindo dessa forma as entidades a se ajustarem financeira e economicamente, fomentando um equilíbrio patrimonial com perspectivas ao regresso tributário arrecadado. (COSTA et al., 2010).

A partir deste momento, o enfoque da administração tributária é alterado para as informações relativas aos contribuintes, permitindo ampla fiscalização e aumento do poder arrecadatário (SILVA FILHO; LEITE FILHO; PEREIRA; 2015).

Cardoso e Nogueira (2016) alegam que o projeto SPED foi principiado com três subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica (NFe), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), todavia, se estruturou para diferentes projetos: Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e), Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (e-LALUR), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT), EFD-Contribuições e eSocial (Escrituração Fiscal da Folha de Pagamento e das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais).

Atualmente, o projeto abrange 12 subprojetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), este instituído em 2013 por meio da Instrução Normativa nº 1.420 da RFB, com propósito de digitalizar o Livro Diário, Razão e auxiliares; A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) instituída em 2014 por meio da Instrução Normativa nº 1.536 da RFB, com propósito de digitalizar a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ); A Escrituração Fiscal Digital (EFD Contribuições) instituída em 2011 por meio da Lei nº 12.546/2011, devendo ser utilizada pelas



peças jurídicas na escrituração digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS; A Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS IPI), instituída com intuito de digitalizar um conjunto de escriturações fiscais e de outras informações geradas pelas operações dos contribuintes; A Escrituração Fiscal Digital (EFD Reinf), sendo este o módulo mais recente, que foi instituído para complementar o eSocial, referindo-se a contribuição previdenciária substituída; o Conhecimento de Transporte (CT-e), instituído em 2007 pelo Ajuste SINIEF 09/07, com propósito de atuar na regulamentação dos transportes rodoviário, aquaviário, ferroviário de cargas; a e-Financeira, instituída em 2015 pela Instrução Normativa nº 1571 da RFB, regulamentando a prestação de informações pertinentes as operações financeiras; o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), este existente apenas em meio digital, para vincular os documentos fiscais transportados de carga utilizada; a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), que também existe apenas na forma digital, com propósito de documentar eletronicamente as operações comerciais para entrega em domicílio ao consumidor final; a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), também existente somente no formato digital, com propósito de documentar eletronicamente uma operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço; a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), também documento de existência digital para documentar eletronicamente as operações de prestação de serviços; o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais (eSocial) que foi instituído com objetivo de desburocratizar a prestação das informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, que se encontra em fase de implantação (BRASIL, 2018).

Tendo um grande destaque nos últimos anos, o eSocial vem como um dos principais programas do SPED, pois unificará cerca de 15 obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, envolvendo em torno de 40 milhões de trabalhadores e cerca de 8 milhões de empresas (BRASIL, 2018).

2.3 O ESOCIAL

O eSocial (Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas) é um subprojeto instituído pelo Decreto nº 8.373/2014, fazendo parte do projeto SPED. Este possui finalidade de extinguir obrigações acessórias direcionadas ao âmbito trabalhista, previdenciário e fiscal enviados na atualidade pelas empresas aos órgãos responsáveis. Dentre os dados, estão: Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Guia da Previdência Social (GPS), Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) (BRASIL, 2018).

Ribeiro (2015) salienta que além de uma nova forma de escriturar digitalmente a folha de pagamento, implica-se em um imponente e complicado projeto que integra CEF, Receita Federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Ministério do Trabalho, com intuito de agregar o envio das obrigações acessórias do setor pessoal para os distintos consumidores das informações e para diversos órgãos governamentais.

O eSocial não vem com intuito de modificar as obrigações acessórias já utilizadas no país, ocorre que a alteração será efetuada na forma de comunicar os



órgãos responsáveis na esfera trabalhista, previdenciária e fiscal, ao qual se dará através de eventos em meio eletrônico unificado. (GARCIA, 2016).

2.3.1 Eventos do eSocial

Os dados são transmitidos para o eSocial por meio de grupos de eventos, os quais possuem *layout* e regras específicas para validação. Esta verificação é efetuada no momento do envio das informações e caso o preenchimento dos dados esteja em desacordo com o imposto pela legislação, o usuário deve proceder com o ajuste dos dados contidos no evento e realizar o seu reenvio (BRASIL, 2018).

Brasil (2018) ainda cita que os grupos de eventos são: iniciais, de tabelas, não periódicos e periódicos.

2.3.1.1 Eventos Iniciais

Este é o primeiro evento a ser encaminhado ao eSocial. Segundo Carvalho (2016) é identificado o empregador, contribuinte e órgão público informando os dados básicos para isto. São preenchidos dados como o nome do empregador, dados da classificação fiscal, natureza jurídica, estrutura administrativa, entre outros.

2.3.1.2 Eventos de Tabelas

Logo em seguida, temos os eventos de tabelas, os quais complementam os dados informados no evento anterior. São responsáveis por informações de validação aos eventos periódicos e não periódicos. Temos como eventos de tabelas: Tabela de Estabelecimentos, Tabelas de Rubricas, Tabelas de Lotações Tributárias, Tabelas de Cargos, Tabelas de Horários/Turnos de Trabalho, Tabelas de Funções/Cargos em Comissão, Tabela de Carreiras Públicas, Tabelas de Ambientes de Trabalho, Tabela de Processos Administrativos/Judiciais, Tabelas de Operadores Portuários. (BRASIL, 2018).

2.3.1.2 Eventos Não Periódicos

Os eventos não periódicos são definidos como aqueles que ocorrem ocasionalmente. Pode-se exemplificar como admissões, alterações contratuais, alterações cadastrais, desligamentos, entre outros. Carvalho (2016) afirma que este tipo de evento deve respeitar os devidos prazos para envio, que são específicos e diferenciados dos demais eventos, de modo que assegure os direitos dos trabalhadores. Assim, este tipo de evento é informado no Registro de Eventos Trabalhistas – RET.

2.3.1.3 Eventos Periódicos

São eventos com prazos fixos para envio e devem ser enviados todos os meses, tendo sua periodicidade pré-definida. Compreende este evento os dados de apuração previdenciária e dados para apuração do imposto de renda. Em resumo, são considerados os lançamentos da folha de pagamento, como faltas, horas extras, entre outros. Deve ser transmitido até o dia 07 do mês subsequente ao fato gerador.



Para conseguir gerar as guias para recolhimento dos encargos, este evento deve estar devidamente validado junto ao eSocial (CARVALHO, 2016).

Defronte aos fatos apresentados, BRASIL (2018), traz o calendário para a transmissão de eventos ao eSocial, conforme demonstra no Quadro 1. Vale ressaltar que durante a pesquisa o cronograma foi alterado pelo Comitê Gestor do eSocial algumas vezes, assim utilizamos o cronograma definido em 05 de Outubro de 2018, conforme Quadro 1:

Quadro 1: Calendário do eSocial

<p align="center">Entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) – Primeiro Grupo</p> <p>Tabelas: 08/01/2018 Não periódicos: 01/03/2018 Periódicos: 08/05/2018 (dados desde o 1º dia) Substituição GFIP para contribuições previdenciárias: agosto/2018 Substituição GFIP FGTS: novembro/2018 Saúde e Segurança do Trabalho: julho/2019</p>
<p align="center">Entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões) e que não sejam optantes pelo Simples Nacional - Segundo Grupo</p> <p>Tabelas: 16/07/2018 Não periódicos: 10/10/2018 Periódicos: 10/01/2019 (dados desde o 1º dia) Substituição GFIP para contribuições previdenciárias: abril/2019 Substituição GFIP FGTS: abril/2019 Saúde e Segurança do Trabalho: janeiro/2020</p>
<p align="center">Empregadores optantes pelo Simples Nacional, empregadores pessoa física (exceto doméstico), produtor rural PF e entidades sem fins lucrativos – Terceiro Grupo</p> <p>Tabelas: 10/01/2019 Não periódicos: 10/04/2019 Periódicos: 10/07/2019 (dados desde o 1º dia) Substituição GFIP para contribuições previdenciárias: outubro/2019 Substituição GFIP FGTS: outubro/2019 Saúde e Segurança do Trabalho: julho/2020</p>
<p align="center">Entes públicos e organizações internacionais – Quarto Grupo</p> <p>Tabelas: janeiro/2020 Não periódicos: Resolução específica a ser publicada Periódicos: Resolução específica a ser publicada Substituição GFIP para contribuições previdenciárias: Resolução específica a ser publicada Substituição GFIP FGTS: Resolução específica a ser publicada Saúde e Segurança do Trabalho: janeiro/2021</p>

Fonte: Adaptado de BRASIL (2018)

O Quadro 1 demonstra o cronograma estabelecido para envio do eSocial, que é realizado em grupos. O eSocial teve início efetivo na competência Janeiro de 2018, primeiramente para as companhias de maior porte, com faturamento além de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) no ano base 2016, sendo estes o denominado “Primeiro Grupo”, estendendo-se para julho de 2018, quando as empresa com faturamento abaixo de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) e que não sejam optantes pelo regime do Simples Nacional, começaram a encaminhar seus dados para o eSocial, consideradas empresas do “Segundo Grupo”. Os demais empregadores não enquadrados anteriormente, ou seja, os optantes pelo regime do Simples Nacional, empregadores Pessoa Física (exeto doméstico), Produtor Rural Pessoa Física e Entidades Sem Fins Lucrativos entrarão a



partir de 2019 no projeto, sendo os participantes do “Terceiro Grupo”. Os Entes Públicos terão contato com o eSocial a partir de 2020, finalizando o cronograma, sendo considerados como o “Quarto Grupo”. (BRASIL, 2018).

Araújo (2016) argumenta que em reflexo de todas as alterações sofridas, a rotina praticada nos escritórios de contabilidade sofreu um imenso impacto, pois os prazos devem ser crescentemente seguidos de forma rigorosa, pois a fiscalização teve um aumento significativo, também aumentando a carga de obrigações desempenhadas pelos profissionais contábeis, em contraponto a isso, tem-se a ideia de centralizar as informações geradas a contar das movimentações de vínculos empregatícios, permitindo uma seguridade elevada e acarretando na extinção das demais declarações, passando a utilizar apenas uma obrigação.

Quadro 2: Obrigações principais para o Departamento Pessoal

Obrigações	Finalidades
SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social	Consolidar os dados cadastrais e financeiros dos contribuintes e trabalhadores para repassar ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social.
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	Registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais	Relação Anual de Informações Sociais, que objetiva entre outras funções, o controle dos registros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial Programa de Integração Social – PIS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.
DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte	Declarar as retenções de imposto de renda retido na fonte, inclusive nas relações de trabalho.

Fonte: Adaptado de Araújo (2016)

Seguindo o Quadro 2, Araujo (2016) ainda salienta que dentre as determinantes alterações, enfatiza-se o Registro de Empregados, alterado para ser realizado diretamente no portal do eSocial, registro de folha de pagamento mensal, para apuração da contribuição previdenciária e apuração do imposto sobre a renda, este devendo ser necessariamente registrado em tempo limitado ao segundo mês subsequente do calculado, e também o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que será extinto, já que os dados serão informados instantaneamente ao fiscalizador responsável. Contratos de experiência, comunicações de acidente de trabalho, formulário de seguro desemprego, aviso prévio, dentre outros dados do setor trabalhista e previdenciário também tem o envio através do eSocial.

Uma das alterações significativas também se trata da saúde e segurança do trabalho, determinadas através das normas regulamentadoras aprovadas pelo Ministério do Trabalho. Brina (2017) define que assim como as demais informações do empregado, os dados de seu ambiente de trabalho também devem ser informados ao eSocial por meio de laudos e programas, se destacando o LTCAT



(Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, este expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, para fins de comprovação da exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física), PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que visa a preservação de saúde e de integridade física dos trabalhadores) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, o qual tem objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto de seus trabalhadores).

O profissional responsável pelo departamento pessoal que antes era responsável da elaboração do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário, um formulário que apresenta os dados cadastrais do colaborador, bem como os dados pertinentes ao seu contrato de trabalho e o ambiente ao qual desempenha suas funções), agora fica responsável por alimentar os dados para que o eSocial administre as informações para montar este perfil do trabalhador (BRINA, 2017).

Visto a estas mudanças com o surgimento do SPED, constatou-se que o mercado contábil teve grande impacto, pois a alteração na forma de prestar as informações é alterada significativamente, em comparação do cenário possuído anteriormente.

2.3.2 O MERCADO CONTÁBIL COM O INÍCIO DO SPED

Sasso, Rosa e Barbosa (2011) salientam o impacto benéfico em ter demonstrações contábeis em formato digital, ocasionando em redução de gastos com emissão de papel, reduzindo drasticamente o espaço físico para armazenamento do material, além de facilitar a consulta aos arquivos em formato digital.

Em conformidade ao art. 2, do Decreto de nº 6.022/2007: o “Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários [...]” (BRASIL, 2007).

Segundo Souza (2013), o objetivo idealizado pelo Fisco para o programa SPED é aperfeiçoar os controles do fluxo de dados fiscais e contábeis dos contribuintes, alavancando, assim, o poder de fiscalização.

Como consequência indireta, Cardoso (2012) salienta que este programa facilita o trabalho do profissional responsável por encaminhar os dados, pois aproxima o contribuinte ao fisco utilizando uma conexão digital, extinguindo o papel dos documentos convencionais.

Pires (2010) comenta que informações são subsidiadas por sistemas integrados e informatizados, o que possibilita uma maior seguridade, restringindo o potencial de erro humano na transposição das informações e otimizando a conferência e digitação dos documentos.

O meio digital permite um maior fluxo de dados em uma quantidade de tempo espaço amplamente reduzidos, além da segurança gerada e confiabilidade das informações (CAMPOS, 2012).

Como resultado dessas transformações, o contador deve permanecer extremamente atualizado no que toca ao perfil profissional, pois é inerente as inovações frequentes na forma de escriturar (ARRUDA; GOMES; SANTOS, 2011).

Nesse cenário, papel do contabilista toma proporções mais elevadas na escala de importância organizacional das empresas, sendo que se torna consultor,



visto a demanda nas alterações na legislação nacional (BARP; FORTES; SONAGLIO, 2014).

Segundo Costa e Melo (2015), há um grande desafio aos profissionais contábeis em se adaptarem e atuarem em consonância ao Sistema Contábil de Informações e ao SPED, devido à grande exigência de informações e prazos solicitados pelo fisco e demais usuários dos dados, para garantir a representação fidedigna da situação dos contribuintes.

Lima (2013) reitera a obrigação de o contador estar atualizado em frente à legislação tributária vigente. Em contraponto, Sasso, Rosa e Barbosa (2011) destacam também que, além disso, a qualidade da informação prestada é essencial, ou seja, não basta apenas cumprir prazos e observar parâmetros.

Compreende-se que devido à complexidade e ao número de informações envolvidas pelo SPED, os contadores são extremamente exigidos, pois devem estar integrados na realidade do que ocorre na organização, trabalhando em conjunto com o seu controle interno (BARP; VIEIRA; MARTINS, 2014).

2.3.3 ESTUDOS CORRELATOS

Demonstra-se, na sequência, os estudos empíricos, que abordaram o eSocial em âmbito nacional, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Estudos Correlatos.

AUTOR(ES)	OBJETO DE ESTUDO	OBJETIVO GERAL
Nascimento e Silva (2015)	Empresa de grande porte situada em Florianópolis em Santa Catarina.	Identificar o nível de conhecimento dos profissionais responsáveis pelo departamento pessoal de uma empresa de grande porte, situada em Florianópolis no tocante a nova obrigatoriedade chamada Escrituração Fiscal Digital Social – eSocial.
Warmling (2016)	Empregadores do setor metal mecânico do distrito de Caravaggio – município de Nova Veneza – SC.	Conhecer a opinião dos empregadores sobre as implicações e benefícios que a implantação da escrituração fiscal digital poderá ocasionar na rotina de sua empresa.
Guessi (2017)	Responsáveis pelo Departamento Pessoal nas indústrias cerâmicas filiadas ao SINDICERAM de Criciúma.	Conhecer as mudanças na cultura organizacional das indústrias cerâmicas filiadas ao SINDICERAM de Criciúma tendo em vistas a implantação do e-Social.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Em frente aos estudos demonstrados no quadro 3, constata-se que o implemento do eSocial foi analisado em ordem cronológica, desde o que engloba o primeiro contato com esta nova forma de escrituração até a preparação para implantação, em companhias de pequeno e médio porte em algumas cidades do país. Como a vigência inicial se dá no ano da pesquisa, será possível identificar no



presente estudo quais as principais dificuldades encontradas no início efetivo do projeto.

3 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

Essa seção abordará o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O estudo está delimitado com uma abordagem qualitativa dos dados, pois utilizou uma amostra reduzida da população, tentando identificar e compreender as dificuldades encontradas no início do eSocial. Richardson (1999) descreve a abordagem qualitativa como sendo o método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, facilitando a descrição da complexidade de uma hipótese ou problema, a análise da interação de variáveis e a compreensão e classificação dos processos dinâmicos.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, uma vez que retrata as percepções encontradas pelos gestores das empresas com o início do eSocial. Segundo Beuren et al. (2003), esta tipologia permite observar os fatos, registrá-los, analisa-los, classifica-los e interpretá-los, sem que os dados sejam manipulados pelo pesquisador.

Foi realizado um estudo de levantamento, em razão do uso de entrevista na coleta de dados, onde Beuren et al. (2003) salientam que este meio de pesquisa tem finalidade de agrupar características comuns de um grupo, para que seja possível analisar descrições e fatos.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados da pesquisa foram coletados por meio do contato telefônico e da aplicação de um questionário enviado por e-mail as empresas filiadas ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Caravaggio - SIMEC sendo que a população da pesquisa foi obtida da seguinte forma: após contato com o sindicato, onde das vinte e cinco empresas filiadas, sugeriu-se três para aplicarmos a pesquisa, das quais optou-se encaminhar para duas, sendo que uma possui contabilidade interna e outra externa.

O questionário, enviado em 24 de outubro de 2018 e respondido na mesma data, possuía 19 perguntas fechadas e objetivas, além de 3 questões abertas, que foram divididas em dois blocos. O primeiro possui 7 perguntas abordando o perfil do gestor. No segundo bloco foram abordadas 15 perguntas sobre o tema eSocial e seus desdobramentos. Após a aplicação dos questionários e obtenção das respostas, os dados foram tabulados em Excel para posteriormente gerar a análise e também as tabelas.



4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação e análise dos resultados foi segmentada em dois grupos, constando como o primeiro para verificar o perfil do gestor ou responsável pelo setor pessoal da empresa, possuindo dados como idade e tempo de mercado de trabalho. No segundo grupo, tem-se os aspectos contábeis, abordando de forma mais específica o eSocial e seus desdobramentos. Para fins de identificação das empresas, estas foram denominadas como empresa “A”, contando com contabilidade interna e empresa “B”, que possui contabilidade externa.

4.1 CARACTERÍSTICAS DO GESTOR

Para iniciar a apresentação e análise dos dados, se faz necessário conhecer as características do gestor das empresas objeto de estudo. A seguir, o Quadro 4 demonstra alguns dados sobre os gestores:

Quadro 4: Características do gestor

Empresa	Sexo	Idade	Cargo
A	Masculino	Entre 35 à 45 anos	Gerente de RH
B	Feminino	Entre 35 à 45 anos	Gerente de RH

Fonte: Dados da pesquisa

Verificamos conforme Quadro 4, que na empresa “A” o responsável pelo setor de Recursos Humanos (RH), setor este que se responsabiliza pela comunicação com o eSocial, possui entre 35 à 45 anos, do sexo masculino e ocupa o cargo de gerente de RH. Já pela empresa “B”, trata-se de uma pessoa do sexo feminino, também com idade entre 35 à 45 anos de idade e também gerente de RH.

Para entender a necessidade quantidade da equipe pertinente ao setor pessoal, questionamos sobre a quantidade de empregados e quantidade da equipe responsável pelo setor pessoal, conforme demonstra o Quadro 5:

Quadro 5: Quantidade de empregados e equipe de Recursos Humanos

Empresa	Quantidade de empregados	Quantidade da equipe RH
A	101 à 200	2
B	101 à 200	2

Fonte: Dados da pesquisa

O gestor da empresa “A” atua na empresa há cerca de seis anos e gerencia uma equipe de duas pessoas, de uma empresa que possui entre cem a duzentos funcionários ativos. Em relação ao fluxo de informações, considera que a equipe suporta de forma satisfatória a demanda do setor pessoal. Esta afirmação vem de encontro ao apurado pelo estudo de Warmling (2016), onde mais da metade dos respondentes indicaram que não haverá necessidade de contratação de pessoal.

Em relação a empresa “B”, a profissional atua na empresa há cerca quinze anos, gerencia o setor de RH, que conta com dois funcionários, dentre um total de cem a duzentos empregados ativos. Considera que a quantidade de empregados para o RH atende parcialmente às demandas necessárias da empresa.



4.2 ASPECTOS CONTÁBEIS

Adentrando no segundo grupo, temos questões voltadas a prática e ao contato com subprojeto do SPED. O gestor da empresa “A” indica estar ciente sobre o eSocial, porém questionado sobre seu conhecimento, o avalia como pouco suficiente, mas considerando como satisfatório para as rotinas executadas. Para a empresa “B” tem-se a mesma percepção.

Para compreender a forma de preparação para o eSocial, questionamos sobre o tempo demandado para adaptações pertinentes ao projeto e sobre doze possíveis medidas tomadas, dentre elas: Dados cadastrais dos empregados, Cargos e Funções, Cálculo das Folhas, Horários e Jornadas, Rubricas, Comunicação de Acidente de Trabalho, Processos Judiciais e Administrativos, Concessão de Férias, Exames Admissionais e Periódicos, Outros ou Nenhum até o momento.

Quadro 6: Tempo de preparação e quantidade de medidas tomadas

Empresa	Tempo de preparação	Quantidade de medidas
A	3 anos	6
B	1 ano	5

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que o gestor da empresa “A” afirma que está se preparando há cerca de três anos para o eSocial, o que não ocorre da mesma forma na empresa “B” que indica estar se preparando há cerca de um ano. Neste ponto, pode-se destacar que a empresa “A” tem se preparado há mais tempo, em relação a empresa “B”. Este fato pode se tornar um ponto determinante, pois de acordo com Arruda, Gomes e Santos (2011) o profissional contábil deve estar sempre em desenvolvimento frente as novas formas de escriturar.

Questionados sobre doze possíveis medidas tomadas até então, podem-se destacar os dados cadastrais dos empregados, os cadastros de cargos e funções, tabelas de rubricas, que foram avaliados pelas duas empresas. Além destes dados, tabelas de horários e jornadas, tabela de rubricas e manutenção do cadastro dos processos judiciais e administrativos, foram citados pela empresa “A”. Já pela empresa “B”, além das providências em comum com a empresa “A”, houve a verificação de exames admissionais e periódicos e concessão de férias. Cálculos de folha, comunicação de acidente de trabalho e outros não foram lembrados por ambas as empresas. Cursos pertinentes ao tema eSocial foram fornecidos pelas empresas à título de capacitação do pessoal.

Com o eSocial, algumas rotinas foram alteradas dentro do setor pessoal da empresa, em alguns casos de forma cultural, pois os dados passam a ser informados em tempo cada vez mais real. Assim, o Quadro 7 traz informações referentes as mudanças culturais sofridas pelas empresas, decorrentes do impacto causado pelo eSocial.



Quadro 7: Mudanças culturais decorrentes do eSocial

Empresa	Mudanças culturais
A	Não houveram mudanças significativas
B	Houveram mudanças

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 7 expõe se houveram mudanças culturais. Na empresa “A”, indica que por utilizar contabilidade interna não há mudanças culturais significativas com a vinda do eSocial. Reitera que como a empresa sempre cumpre com suas obrigações, o que altera são somente os prazos e o formato de prestação dos dados aos órgãos fiscalizadores. De acordo com Garcia (2016) as obrigações não são alteradas, mas o formato de envio sim, como a empresa indica que sempre houve uma cultura alinhada com o solicitado pelo Fisco, pode-se justificar as poucas mudanças na cultura empresarial. Considera que a empresa se encontra preparada para esta nova forma de escrituração.

Referente a empresa “B”, consideram que houveram alterações para a adaptação cultural ao eSocial, indicam que o escritório responsável está mais ativo e que isso deve deixar a relação entre empresa versus escritório mais próxima, visto a necessidade das informações em tempo real. Este pensamento vem de encontro ao citado por Barp, Vieira e Martins (2014), pois os contadores são extremamente exigidos nesse processo e a integração com o que ocorre diariamente na organização é inevitável para que possa realizar seu trabalho de forma ideal.

As empresas estão em início de implantação do eSocial, o Quadro 8 demonstra o início da obrigatoriedade de cada uma:

Quadro 8: Início do envio da empresa ao ambiente do eSocial

Empresa	Grupo de envio ao eSocial
A	Segundo grupo – 07/2018
B	Segundo grupo – 07/2018

Fonte: Dados da pesquisa

Questionados sobre os prazos, ambos os respondentes mencionam que estão atentos a esta situação e que até o momento conseguiram encaminhar os dados conforme o cronograma divulgado pelo comitê gestor, reafirmam que as empresas estão cientes dos prazos e multas por possíveis atrasos no envio. Ambos lembram que o eSocial não deve alterar as obrigações já existentes, porém deve alterar a forma de seus envios ao Fisco, assim estando de acordo com citado por Garcia (2016).

Tratando-se de uma mudança tecnológica, Pires (2010) comenta que as informações são subsidiadas por sistemas integrados e informatizados. Os respondentes indicam que ambas as empresas continuam com a mesma infraestrutura de antes do eSocial, seja para máquinas, rede de internet e afins. Assim, questionou-se como está se comportando o *software* utilizado para realizar a comunicação dos dados com o eSocial, conforme Quadro 9:



Quadro 9: Papel do *software*

Empresa	Papel do <i>software</i>
A	Cumprindo satisfatoriamente
B	Cumprindo satisfatoriamente

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 9 demonstra dados sobre o *software*, onde o gestor da empresa “A” nos argumenta que está cumprindo satisfatoriamente seu papel, porém detalha que o acesso a diversas telas do sistema todos os dias para envio acaba prejudicando o trabalho, gostaria que os dados fossem mais automatizados.

Para a empresa “B”, alegam que a contabilidade terceirizada está conseguindo utilizar o *software* de maneira satisfatória, porém o gestor indica que não há contato direto com o sistema utilizado.

Apesar da rotina do setor pessoal ter sofrido imenso impacto, conforme salienta Abrantes (2016), na questão aberta sobre as dificuldades encontradas na mudança e ingresso ao eSocial, o gestor da empresa “A” afirma que a contabilidade interna auxilia no sucesso do projeto, devido a necessidade das informações em tempo real. Ainda lembra que para facilitar, o responsável pelos envios deve se tratar de uma pessoa capacitada para exercer a função. Esta afirmação vem de encontro com o pensamento de Sasso, Rosa e Barbosa (2011), onde não basta o cumprimento de prazos, mas a qualidade da informação também é essencial.

O respondente da empresa “B” informa que uma das dificuldades encontradas é a informação cada vez mais em tempo real, ao qual Costa e Melo (2015) indicam ser uma consequência do SPED. Alegou que apesar de possuir uma organização bem estruturada, precisa passar os dados para sua contabilidade de forma cada vez mais rápida, para que exista tempo hábil na comunicação com o eSocial.

Em uma perspectiva para o futuro, o gestor da empresa “A” cita que os processos devem ser melhorados e que o eSocial vem de encontro a isto, desburocratizando a folha de pagamento, agilizando as rotinas e facilitando a fiscalização, por parte do Governo. Para a empresa “B” não é diferente, afirma que ainda estão em fase de adaptação, mas a ideologia do eSocial em unificar as informações deve contribuir facilitando as rotinas do setor pessoal e também de outros órgãos afetados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eSocial é um subprojeto do programa SPED, que foi criado em meados de 2014 afim de atualizar e facilitar a forma com que a folha de pagamento é escriturada. O ano de 2018 é um marco na história, pois deu-se o início efetivo ao projeto, fazendo com que empresas adentrassem de forma gradativa a este formato digital.

A escolha deste tema se deu pelo fato de trabalhar em uma empresa de *software* contábil, tendo contato diário com o eSocial, entretanto, houve a curiosidade e o interesse em conhecer a nova forma de escrituração sob uma outra ótica, a dos usuários. Tomando como objetivo principal verificar quais são as perspectivas das empresas objeto de estudo acerca do tema.



O artigo explanado teve como finalidade constatar a percepção dos gestores de duas empresas do setor metal mecânico, localizadas no município de Nova Veneza/SC em relação ao eSocial.

Trata-se de uma revolução na escrituração da folha de pagamento, pois tem como objetivo unificar diversas obrigações acessórias em um só ambiente. Os respondentes demonstraram tranquilidade em relação ao tema abordado, uma vez que consideram as empresas preparadas para esta nova forma de prestar suas obrigações, pois afirmam que sempre foi cultural o cumprimento rígido de prazos e da legislação.

De acordo com os dados obtidos, é possível concluir que a contabilidade interna é um fator considerado relevante frente ao impacto causado pelo eSocial, pois cultura e fisicamente a contabilidade externa tem um contato menor com a empresa, não vivenciando o dia a dia e assim, conseqüentemente recebendo os fatos nem sempre no momento exato em que ocorrem. Pode-se afirmar que as empresas estão obtendo sucesso frente a esta nova experiência, além salientarem que possuem profissionais capacitados para tal função.

Nitidamente o eSocial exige uma ampla capacitação de pessoal acerca do tema, além da infraestrutura que é um fator também considerado relevante, uma vez que são necessários hardwares, *softwares* e conexão com a internet voltados especificamente para este projeto.

Certamente irá desburocratizar os dados prestados, há de se tomar os devidos cuidados pois a mal preparação das empresas pode se confundir com a complexidade da mudança imposta pelo projeto. De qualquer forma, considera-se a perspectiva das empresas de forma positiva, salientam que os direitos trabalhistas terão grande aumento em seu cumprimento e ficarão assegurados de forma mais clara.

Os processos precisam ser melhorados e esta mudança, independente de reduzir ou não a informalidade, com certeza agilizará as rotinas do setor pessoal, por parte da empresa e facilitará a fiscalização, por parte do Governo.

Por ser considerado um assunto recente, a quantidade de estudos correlatos pode ser considerada um fator limitante, pois dificulta a comparabilidade dos resultados obtidos na pesquisa. Também se enquadra como limitação da pesquisa o fato da aplicação em apenas duas empresas, não podendo afirmar a percepção dos gestores das empresas do setor metal mecânico da região como um todo.

Sugere-se que futuramente, quando o eSocial se tornar um projeto consolidado, ou seja, após sua total implantação, que sejam realizadas novas pesquisas, afim de verificar se a perspectiva dos profissionais ainda é a mesma.

6 REFERÊNCIAS

_____. **Decreto n. 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Brasília, 2007. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm >.
Acesso em: 08 abr. 2018.

ABRANTES, D. S. EFD-Social: **As empresas atacadistas de alimentos de Campina Grande estão realmente preparadas para essa nova obrigatoriedade?**



2014. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

ALTERDATA. **O eSocial já é uma realidade**. Disponível em:
<<https://www.alterdata.com.br/eSocial>>. Acesso em 09 abr. 2018.

ARAÚJO, F. B. **A percepção dos contabilistas de Campina Grande-PB acerca da EFD-Social**. 2016. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

ARRUDA, D. C. S.; GOMES, É. Z.; SANTOS, C. A. **Uma análise da percepção dos profissionais da área de Contabilidade do município de Corumbá-MS sobre o SPED**. 2011. 13f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – UFMS/CPAN, Mato Grosso do Sul, 2011.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antônio. **Sped – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BARP, A. D.; FORTES, M. M. S.; SONAGLIO, D. Implementation Public Digital Bookkeeping System-Sped: Changes in Everyday Perception of Accounting Professionals. In: CONTECSI – INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT, 11, 2014. São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo: USP, 2014.

BEUREN, I. M. et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Conheça o eSocial**. 2018. Disponível em:
<<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>>. Acesso em: 18 mai. 2018a

BRASIL. Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. **Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8373.htm.
Acesso em: 19 abr. 2018b

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Sistema Público de Escrituração Digital**. 2018. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/>>. Acesso em: 21 maio 2018c.

BRINA, Tatiane Zacheski. **E-Social e sua relação com laudos de condições ambientais de trabalho**. 2017. p. 62. Orientador: Fabrício Machado Miguel. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma – SC.

CAMPOS, S. J. D. B. **Competências necessárias à implementação eficaz do SPED: Percepção dos operadores da Contabilidade do RN**. 2012. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, Natal, 2012.

CAON, A.; NASCIMENTO, S. Percepção dos Discentes de Ciências Contábeis sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e



Previdenciária (Esocial) . **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 22, n. 1, p. 3-27, 2017.

CARDOSO, A. C. F.; NOGUEIRA, L. C. C. A implantação do SPED Contribuições sob a percepção de seus usuários. **Revista de Contabilidade da FA7** v. 1, n. 1, pp. 1-15, 2016.

CARDOSO, R. P. **O Perfil do profissional da área de contabilidade com o avanço da tecnologia**. 2012. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012

CARVALHO, Zenaide. **CURSO COMO IMPLANTAR O E-SOCIAL**. 2.1 versão. 2016.

COSTA, A. J. D.; SANTOS, C. L.; TANNUS FILHO, E.J.; SOARES. M. C. P.; RIBEIRO, R. S. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): A nova tecnologia de informação da área contábil e fiscal**. ETIC v. 6, n. 6, pp. 1-21, 2010

COSTA, G. A.; MELO, M. A. Ética Profissional: Um Desafio para o Contador na Era Digital. **Revista Cogitatem**, v. 1, n. 1, pp. 1-19, 2015.

GARCIA, Jorge Ricardo Bessa. **Interfaces dos Documentos da Saúde e Segurança do Trabalho com o Esocial**. 2016. 34 f. Monografia (Especialização) - Curso de Engenharia em Segurança do Trabalho, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6081/Jorge+Ricardo+Bessa+Garcia_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 abr. 2018.

GUESSI, Sabrina de Amorim. **O reflexo da implantação do esocial na cultura organizacional**. 2017. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 2017.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10ª ed. Atlas 2010

LIMA, M. F. D. **Um estudo sobre o impacto causado aos contadores de Carazinho após a EFD-Contribuições**. 2013. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Passo Fundo, Carazinho, 2013.

LIZOTE, S. A.; MARIOT, D. M. A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações. **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 2, n. 2, pp. 17-25, 2012

MANUAL OFICIAL DO ESOCIAL, **Manual de orientações ao eSocial versão 2.4**. Disponível em: < <http://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-manual-de-orientacao-do-esocial-vs-2-4.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MANN, H. de Sant'Anna K.; HOFFMAM, R. C. A implantação do eSocial sob a ótica dos profissionais de RH das cooperativas agropecuárias de Ponta Grossa-PR. In: Congresso Internacional de Administração, 2015, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos**... Ponta Grossa: ADM, 2015. Disponível em:



<<http://www.admpg.com.br/2015/down.php?id=1837&q=1>>. Acesso em 14 abr. 2018.

MARIANO A. P.; OLIVEIRA A. R.; SAVIAN T. D. T. **Contabilidade na Era Digital**. Sage, 2016.

MARTINS, M. F. O. Um Passeio na Contabilidade, da Pré-História ao Novo Milênio. **Revista Adcontar**, v. 2, n. 1, pp. 7-10, 2001.

NASCIMENTO, M.; SILVA, M. C. EFD Social-Escrituração Fiscal da folha de pagamento e das obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais: um estudo de caso numa empresa de grande porte, em Florianópolis, Santa Catarina. **Estudos Contemporâneos em Ciências Sociais Aplicadas**, Florianópolis, v.5, n. 2, p. 52-66, 2015.

OLIVEIRA, L. S.; SANTANA, T. P.; MARTINS, Z. B. Perspectivas dos Contadores em Relação à Implantação do eSocial. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 18, n. 2, p. 41-53, 2017.

ORIGUELA, L. A. Os Principais Impactos do SPED na Profissão Contábil: Uma Análise da Percepção dos Profissionais de Contabilidade. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 7, n. 1, p. 45-62, 2017.

PIRES, A. D. S. **A percepção dos contabilistas do município de Florianópolis, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital**. 2010. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

REIS, A. J.; SILVA, S. L. A história da contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 11, n. 1, p. 1-13, 2007.

RIBEIRO, R. D. S. E-social – **As inovações nas rotinas do departamento de pessoal nas empresas e os seus impactos**. 2015. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGO, I. G. et al. Sistema público de escrituração digital: eSocial um estudo nas organizações contábeis no município de Getúlio Vargas-RS. In: **CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL**, 15., 2015, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos**... Bento Gonçalves: CRC/RS, 2015. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/cientificos/sistema_publico_escrituracao_digital_esocial_822.pdf>. Acesso em 14 abr. 2018.

RUSCHEL, M. E.; FREZZA, R.; UTZIG, M. J. S. O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectiva do profissional contábil. **Revista Catarinense de Ciências Contábeis – CRCSC**, v. 10, n. 29, pp. 9-26, 2011.

SASSO, A.; ROSA, I. C.; BARBOSA, A. O SPED e seus Reflexos na Profissão Contábil. In: **ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**, 6, 2011, Campo Mourão (PR). **Anais**... Campo Mourão: EPCT, 2011.



SCHAEFFER, Lisandra Francine. **"eSocial: percepção dos empregadores, clientes de um escritório contábil, frente às rotinas trabalhistas"**. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, jun. 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1005>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SILVA FILHO, G. M.; LEITE FILHO, P. A. M.; PEREIRA, T. R. L. Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 3, p. 50-60, 2015.

SOUZA, F. L. D. **As mudanças nas organizações contábeis por reflexo do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**. 2013. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

WARMLING, Poliana Dondossola. **Uma abordagem geral sobre o eSocial: Um estudo com empregadores do setor metal-mecânico do distrito de Caravaggio - Município de Nova Veneza - SC**. 2016. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2016.